

MT concentra as maiores reservas particulares do País - 13-marco-2001

Local: **Cuiabá**

Fonte: **MídiaNews**

Link: <http://www.midianews.com.br/>

O Estado de Mato Grosso detém as maiores Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) totalizando uma área estimada em quase 1,5 milhão de hectares em apenas nove unidades já reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). E o motivo não é tão somente a dimensão continental do Estado: "Está aumentando a consciência preservacionista de muitos proprietários de terras em Mato Grosso, contribuindo, assim, para a ampliação das áreas protegidas por lei", informou o chefe do setor de Fauna e Flora do Ibama em Mato Grosso, Fernando Santana Resende.

A extensão das áreas protegidas deve duplicar de tamanho após a homologação de mais 40 projetos de RPPNs que estão sendo avaliados pelo Ibama no Estado. São fazendas que estão localizadas no Pantanal, em Chapada dos Guimarães e na densa floresta Amazônica. Muitas propriedades estão sendo adquiridas por Organizações Não-governamentais (Ongs). Outras estão sendo transformadas em empreendimentos turísticos.

Ao todo, já foram registradas 309 RPPNs no País. A intenção é criar 5 mil até 2010. Em Mato Grosso, a Fazenda São Luiz, as estâncias Dorochê, Sesc Pantanal, Lote Cristalino, e o Parque Ecológico João Basso, entre outras, possuem relevante importância ecológica por sua biodiversidade, caráter estético ou por características ambientais que justifiquem sua recuperação e preservação.

As RPPNs, lembra Fernando Resende, são áreas de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, "criada de livre e espontânea vontade por iniciativa do proprietário". Elas têm por objetivo preservar e conservar amostras dos ecossistemas brasileiros, mediante reconhecimento do Poder Público.

As RPPN destinadas à recuperação constituem a modalidade mais complexa de reserva, uma vez que seu proprietário deve viabilizar recursos ou parcerias e conseguir mudas de espécies nativas. Em troca, o proprietário recebe isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) da área transformada em reserva; e acompanhamento e proteção do Ministério do Meio Ambiente. Mais: obtém preferência na análise do pedido de crédito agrícola; prioridade na proteção contra queimadas, caça e desmatamentos; e, no caso de pessoa jurídica, prioridade na análise de concessão de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Além disso, o proprietário pode desenvolver atividades de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa, o que pode associar geração de renda à RPPN.

As RPPNs ganharam importância no Brasil não só para o Ibama, mas também para os proprietários das áreas, que de hoje até quarta-feira, funcionários do órgão ambiental estão reunidos em Aracaju participando do 3o seminário de treinamento dos técnicos responsáveis pelo programa.

Na preparação de seus técnicos, o Ibama investirá no treinamento enfocando divulgação e marketing; criadouros e soltura de animais silvestres; potencial econômico e formas de

conservação de flora; além de prepará-los para fazer leituras e uniformização de plantas cartográficas, e noções básicas de uso de GPS.